Ciência e Tecnologia no Brasil: a Capacitação Brasileira para a Pesquisa Científica e Tecnológica

Volume 3

Simon Schwartzman (coord.)
Antônio Paes de Carvalho
Antonio C. Paiva
Carlos J. P. de Lucena
Eduardo Krieger
Fábio Wanderley Reis
Fernando Galembeck
Geraldo L. Cavagnari Filho
João Lúcio Azevedo
José M. Riveros
Oswaldo Luiz Ramos
Sandoval Carneiro Jr.
Sérgio M. Rezende
Sônia M. C. Dietrich
Umberto G. Cordani
Walzi C. Sampaio da Silva

ISBN 85-225-0206-4

Direitos desta edição reservados à Fundação Getulio Vargas
Praia de Botafogo, 190 — 22253-900
CP 62.591 — CEP 22252-970
Rio de Janeiro, RJ — Brasil

Documentos elaborados para o estudo de ciência política realizado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, para o Ministério de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT II). As opiniões expressas nestes artigos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

1ª edição — 1996

Coordenador do projeto: Simon Schwartzman

Edição do texto: Lucia Klein

Copidesque: Maria Isabel Penna Buarque de Almeida

Editoração eletrônica: Deniza da Silva Oliveira, Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz e Marilza Azevedo Barboza

Revisão: Aleidis de Beltran, Marco Antonio Corrêa e Fatima Caroni

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto

Ciência e tecnologia no Brasil: a capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica, v. 3 / Simon Schwartzman (coord.). – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.
420p.

V. I publicado em inglês sob o título. Science and technology in Brazil: a new policy for a global world.

1. Ciência e tecnologia — Brasil. 2. Ciência e estado — Brasil. 3. Tecnologia e estado — Brasil. I. Schwartzman, Simon, 1939- I. Fundação Getulio Vargas.

CDD – 607.281

Sumário

Apresentação

Com este terceiro volume a Fundação Getulio Vargas completa a publicação dos trabalhos preparados para o estudo sobre a política de ciência e tecnologia no Brasil, realizado entre 1992 e 1993 pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.[1] Os dois primeiros volumes incluíram, como capítulo inicial, um documento síntese com as principais recomendações e conclusões derivadas deste estudo, além de uma série de trabalhos sobre o contexto mais amplo, nacional e internacional, no qual a atividade de pesquisa científica e tecnológica se desenvolve. Este volume reúne uma série de trabalhos sobre áreas específicas do conhecimento — escritos por autores de destaque nas respectivas áreas de pesquisa — que são precedidos por um documento síntese preparado por Eduardo Krieger e Fernando Galembeck. Ainda que realizados com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia, no âmbito das atividades do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT II), desenvolvido em colaboração com o Banco Mundial, estes trabalhos foram escritos com toda independência por seus autores e não refletem necessariamente as opiniões do governo brasileiro, do Banco Mundial ou do responsável pela coordenação do estudo.[2]

Em seu conjunto, e cada qual a seu modo, todos estes trabalhos contam uma história semelhante e têm uma origem comum. A ciência brasileira deu seus primeiros passos mais significativos no início do século XX e vem desde então tentando encontrar seu lugar na sociedade brasileira.[3] Nos anos 30, com a criação da Universidade de São Paulo, e depois da Universidade do Brasil, a pesquisa científica encontra um nicho no nascente sistema universitário. Os anos do pós-guerra são um período de grande otimismo quanto aos benefícios que a ciência e a tecnologia poderiam proporcionar ao desenvolvimento econômico e social do país, e o intercâmbio científico e técnico com os países desenvolvidos se intensifica, enquanto são criadas as primeiras instituições nacionais de fomento à pesquisa, dentre as quais a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Os anos de regime militar se iniciam com

[1] Os volumes anteriores são: Schwartzman, S. (coord.). *Science and technology in Brazil: a new policy for a global word*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1995; e Schwartzman, S. (coord.). *Ciência e tecnologia no Brasil: política industrial, mercado de trabalho e instituições de apoio*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1995.

[2] Ainda que escritos entre 1992 e 1993, todos os trabalhos foram revistos em 1995 para esta edição. Na maioria dos casos não houve, no entanto, atualização dos dados, que têm como referência o ano de 1993.

[3] Para uma visão em conjunto dessa história, ver Schwartzman, S. *A space for science: the development of the scientific community in Brazil*. University Park, Pennsylvania State University Press, 1991.

conflitos intensos entre o governo e muitas das principais instituições científicas do país, mas, a partir sobretudo de meados da década de 70, os investimentos governamentais na área científica e tecnológica se intensificam, e o governo federal se reorganiza para apoiar a pesquisa de forma mais consistente e com maiores recursos. São os anos de criação do sistema nacional de pós-graduação, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da reformulação do CNPq e do início da política nacional de informática, assim como da implantação do programa nuclear e de outros projetos de grande porte, sobretudo militares. A política do "Brasil Potência", que teve seu auge no governo de Ernesto Geisel, não tem continuidade no governo João Batista Figueiredo, nem é retomada tampouco pelos governos civis que se sucederam desde 1985. O Brasil que emerge de 20 anos de regime militar é um país com graves desequilíbrios econômicos, sociais e institucionais, que precisam ser administrados em um ambiente de intensa competição político-partidária, e neste quadro o setor de ciência e tecnologia não consegue ser mais do que um entre tantos na disputa por recursos públicos cada vez mais escassos.

O curto período, de menos de 10 anos, em que o setor de ciência e tecnologia no Brasil pôde contar com recursos relativamente abundantes não foi suficiente para que cientistas e tecnólogos demonstrassem os eventuais benefícios que seus trabalhos poderiam trazer ao país, mas bastou para criar um conjunto muito significativo de instituições e grupos especializados, que ficaram depois com a frustração do trabalho interrompido. Em maior ou menor grau, todos os trabalhos incluídos neste volume espelham a visão de que a pesquisa brasileira cresceu, mas não o suficiente, e nem sempre com a qualidade que seria desejável. Existem centros e grupos de pesquisa de excelente nível, mas outros nem tanto. A falta de recursos é um problema grave, mas mais séria ainda é a instabilidade institucional, a imprevisibilidade e a falta de políticas bem definidas. As agências de fomento à pesquisa precisariam ser aperfeiçoadas, trabalhar melhor. O governo deveria ter políticas que estimulassem um interesse maior do setor produtivo pela atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Todas essas considerações são de extrema importância, sobretudo quando vistas no contexto de cada área do conhecimento. É relativamente escassa, no entanto, a discussão sobre se a estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico que começou a se armar na década de 70 tinha realmente um futuro promissor, e sobretudo se seria realista tentar voltar às condições daqueles anos, dadas as profundas modificações havidas desde então, tanto no país quanto no mundo. É esta preocupação que preside, por outro lado, a maioria dos trabalhos publicados nos dois volumes anteriores deste projeto.

Vários destes trabalhos, sobretudo os relacionados com áreas mais aplicadas como a pesquisa agropecuária, a pesquisa militar, a computação, a biotecnologia e a química, colocam o dedo em duas questões centrais, que são o relacionamento difícil e complexo entre as atividades de pesquisa e suas aplicações, e o papel do Estado e do setor privado. A leitura conjunta destes trabalhos é extremamente ilustrativa. Em um extremo, o texto de Cavagnari sobre a tecnologia militar ainda insiste no papel do Estado como grande investidor em ambiciosos projetos de alta tecnologia, enquanto Paes de Carvalho, no outro, trata de identificar os mecanismos de ativação da iniciativa privada na área da biotecnologia. Entre os dois, o trabalho de Lucena, sobre computação, testemunha a passagem de uma política de fechamento e auto-suficiência, que caracterizou o início dos anos 80, para uma política de muito mais abertura ao setor privado e à tecnologia internacional, na qual o Estado continua a ter um papel central. Não se trata, somente, de diferenças entre autores, mas sobretudo de diferenças entre áreas, mostrando que não é possível tratar todos os campos da pesquisa científica e tecnológica em um mesmo modelo de ação pública governamental. Apesar das diferenças, todos estes trabalhos coincidem na noção de que não basta investir na pesquisa tecnológica, nem na pesquisa acadêmica, para que bons resultados comecem a aparecer, se os mecanismos de articulação e passagem entre os centros geradores de conhecimentos e os usuários de seus produtos não estiverem adequadamente identificados e azeitados.

Dois trabalhos deste conjunto, sobre as ciências sociais e sobre a inteligência artificial, foram escritos com um espírito diferente e chamam a atenção para outros problemas, não contemplados nos demais. As ciências sociais e humanas nunca conviveram de forma confortável com as ciências físicas e biológicas, e seu *status* científico tende a ser continuamente contestado, tanto por cientistas naturais quanto por seus próprios especialistas. No Brasil, as ciências sociais e as humanidades não eram reconhecidas pelo CNPq até os anos 70, e ainda hoje não têm entrada na Academia Brasileira de Ciências e não recebem apoio do PADCT. O trabalho de Wanderley Reis sobre as ciências sociais é o único que coloca em questão o conteúdo dos conhecimentos produzidos pela área que analisa, e sua conclusão é bastante contundente: as ciências sociais são, em princípio, tão científicas quanto as demais áreas do conhecimento, mas, quando avaliadas deste ponto de vista, o que se produz no Brasil está muito longe dos padrões internacionalmente aceitos. Esta conclusão, fadada a levantar controvérsias nos meios acadêmicos, abre duas questões que não teríamos como desenvolver aqui, mas que devem ser assinaladas. A primeira é se problemas de conteúdo semelhantes aos identificados por Wanderley Reis nas ciências sociais não surgiriam também nas ciências naturais, se estas fossem submetidas a escrutínios equivalentes. No Brasil já se utilizam indicadores de produtividade, como publicações, citações, teses aprovadas etc., como próxis de qualidade dos trabalhos científicos, mas não existe, nas ciências naturais, a tradição de examinar de maneira crítica e aberta o trabalho realizado pelos colegas, como é usual na área das ciências humanas e sociais.

A segunda questão, mais complexa, é se o padrão de "cientificidade" seria o melhor critério para avaliar todo o trabalho que se realiza no país não só na área das ciências sociais e humanas, mas também em todo o conjunto de atividades que aparecem usualmente sob o nome genérico de "ciência e tecnologia". Uma literatura crescente questiona a existência de uma demarcação clara entre a "ciência" e outras atividades relacionadas com o conhecimento, tanto nas ciências

naturais quanto nas ciências sociais, em atividades como a educação, a inovação tecnológica, a difusão de conhecimentos e a elaboração de conceitos e interpretações simbólicas, que seriam mais típicas da política, da literatura e da história. Nesta visão, as ciências naturais estariam muito mais próximas das ciências sociais e das humanidades do que normalmente os cientistas estão dispostos a admitir.[4] Uma conclusão extrema, e certamente inadequada, desta visão seria desqualificar todo trabalho que se procure fazer em nome da ciência e, dessa maneira, o próprio esforço de dar ao país uma base científica e tecnológica moderna digna deste nome. A outra conclusão, muito mais difícil, mas cada vez mais inevitável, é começar a distinguir com mais clareza o que é a atividade científica propriamente dita, segundo o consenso das comunidades especializadas, e o que são outras atividades eventualmente tão meritórias como esta, mas que precisariam ser conhecidas e avaliadas em seus próprios termos.

O texto de Sampaio da Silva coloca o dedo na questão da interdisciplinaridade em uma área particularmente difícil, a da inteligência artificial, que requer a convergência das ciências físicas, biológicas, sociais e da filosofia. Aqui, como em outras áreas, existem pessoas e grupos bem qualificados, mas ela sofre de um problema especial — a falta de espaços institucionais adequados para seu crescimento e desenvolvimento. A pesquisa científica e tecnológica no Brasil, organizada sobretudo em departamentos universitários, se estrutura em função de faculdades profissionais, das disciplinas acadêmicas clássicas ou, no máximo, de algumas áreas aplicadas tradicionais, como a engenharia e a pesquisa agropecuária, e tem pouquíssimas condições de se organizar de forma semelhante àquela em que as atividades de pesquisa vêm se estruturando em todo o mundo desenvolvido.[5] A discussão sobre o caso da inteligência artificial sugere que não basta insistir na necessidade do trabalho interdisciplinar, nem na necessidade de outras características que seriam típicas e essenciais para a pesquisa científica e tecnológica modernas, se não tivermos condições de entender e trabalhar também as estruturas institucionais e culturais mais profundas sobre as quais nossa pesquisa científica e tecnológica ainda se equilibra com tanta precariedade.

Simon Schwartzman

---

[4] Uma das referências mais conhecidas e polêmicas é Latour, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society.* Milton Keynes, Open University Press, 1987.

[5] Ver, a respeito, Gibbons, Michael; Limoges, Camille; Nowotny, Helga; Schwartzman, Simon; Scott, Peter & Trow, Martin. *The new production of knowledge — the dynamics of science and research in contemporary societies.* London, Sage, 1994.

Avaliação das ciências sociais

*Fábio Wanderley Reis**

1. Introdução

Este ensaio se compõe de três partes principais. A primeira procurará avaliar os méritos científicos da área das ciências sociais na atualidade brasileira. Na segunda se fará uma breve "sociologia das ciências sociais brasileiras", atenta para as condições do contexto social e institucional em que elas se desenvolvem e para o condicionamento que o contexto exerce sobre os aspectos positivos e negativos revelados pela avaliação. Da combinação das observações das duas primeiras partes se extrairão as recomendações a serem feitas na terceira.

2. Méritos científicos das ciências sociais

A área de ciências sociais no país é heterogênea. Ela não apenas inclui disciplinas diferentes e caracterizadas às vezes por perspectivas contrastantes, mas há nela também, mesmo dentro de determinada disciplina, centros e programas de ensino e pesquisa — sem falar de profissionais ou pesquisadores individuais — de qualidade desigual. A avaliação que se segue é um depoimento baseado na experiência e no ponto de vista pessoais do autor. Ela destaca sobretudo certos grandes traços que parecem importantes na caracterização do estado-da-arte na área, sem procurar mapear com precisão os matizes na ocorrência de tais traços.

Duas outras observações preliminares. A primeira é a de que, não obstante as diferenças na qualidade do trabalho desenvolvido em centros e programas diversos, as críticas que se fazem abaixo se aplicam também aos *melhores* centros e programas, que constituem mesmo a principal referência na avaliação dos problemas e carências da área. A outra observação é a de que o foco principal é aqui inequivocamente o da avaliação da *qualidade* da ciência social produzida. Esse foco contrasta não apenas com certas formas usuais em procedimentos estabelecidos de avaliação, nas quais o espinhoso problema da qualidade é escamoteado numa profusão de índices e relações quantitativas cuja ligação com aquele problema freqüentemente está longe de ser clara; ele contrasta também com certa maneira de entender mesmo o exame "qualitativo" de diferentes áreas, no qual, por exemplo, se descreve a estrutura dos programas de ensino ou

* Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos, de Belo Horizonte.

se listam disciplinas obrigatórias e optativas, sem que se chegue a dizer se o trabalho executado é bom ou ruim — e evitando-se especialmente a necessidade de dizer que o que quer que seja *é* ruim. Um exemplo se tem em relatórios produzidos recentemente pela Comissão de Pós-graduação da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs): tendo essa comissão se proposto explicitamente realizar um exame da área que fosse além dos indicadores quantitativos usados nas avaliações da Capes, o texto produzido evita cuidadosamente qualquer avaliação real (Anpocs, s.d.:28). Devido ao "corporativismo" ou a outras razões, críticas autênticas não são bem-vindas na cultura dominante das ciências sociais brasileiras da atualidade.

* * *

O objetivo de avaliação nos coloca fatalmente diante de questões relativas a concepções de teoria e método, indispensáveis para a estipulação dos padrões que guiarão a avaliação. As dificuldades que brotam daí têm a ver com o fato de que as ciências sociais tendem a caracterizar-se por intermináveis querelas a este respeito, nas quais se confrontam propostas teórico-metodológicas que se percebem como alternativas e mesmo como antagônicas. Seja qual for a intensidade do debate teórico-metodológico, porém, é claro que ele pode ser também mais ou menos sofisticado ou pobre, e o ponto crucial de uma adequada avaliação das ciências sociais brasileiras da atualidade consiste no reconhecimento da pobreza da formação teórico-metodológica que recebem correntemente nossos cientistas sociais. Certamente se observa no momento, entre nós, o arrefecimento do debate metodológico, e parte das razões se encontra no arrefecimento de certo tipo de luta político-ideológica que o alimentava tempos atrás; mas outra parte se deve ao fato de que nossos profissionais não chegam sequer a ser expostos de maneira apropriada a certos fundamentos teórico-metodológicos que em determinado momento puderam surgir como "ortodoxia" sujeita a contestações. E a relativa serenidade atual é antes expressão da indigência associada a um amorfismo metodologicamente desatento e desinformado.

Um ponto importante de inflexão no processo de desenvolvimento das ciências sociais no país foi a implantação da pós-graduação. Ela se deu num momento em que o panorama internacional das ciências sociais (especialmente a ciência política e a sociologia) se achava marcado pela afirmação recente, particularmente nos Estados Unidos, de certa perspectiva mais comprometida com o objetivo de constituir uma *ciência*, propriamente, da sociedade. No campo da sociologia, havia o recurso crescente a métodos quantitativos e rigorosos, o desenvolvimento das técnicas de *survey*, o empenho de estabelecer correspondência entre a reflexão teórica e o trabalho de pesquisa empírica e de buscar que ambos se fizessem de maneira tanto quanto possível sistemática e cumulativa. No campo da ciência política, as tradicionais abordagens de orientação filosófica e jurídica se viam vigorosamente desafiadas pelo movimento que se tornou conhecido como *behavioralism*, no qual se incorporam à disciplina muitos dos mesmos traços apontados na sociologia. No Brasil, inaugura-se então, como parte da movimentação que resulta na implantação da pós-graduação brasileira em ciências sociais, uma fase de intercâmbio internacional mais intenso, envolvendo o afluxo de numerosos estudantes a programas pós-graduados, primeiro na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), mantida pela Unesco em Santiago do Chile desde a década de 50, e posteriormente em universidades européias e, especialmente, norte-americanas. A construção da pós-graduação brasileira incorpora inicialmente, assim, o impulso renovador e o empenho de apuro teórico e metodológico que se davam nos centros mais avançados.

É possível destacar dois centros brasileiros que melhor exemplificam essa tendência: o Departamento de Ciência Política da UFMG e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), nos quais têm início, no período final da década de 60, programas de mestrado em ciência política e em sociologia que contaram com importante apoio da Fundação Ford. O perfil do treinamento neles dado aos estudantes destacava a familizarização com a produção teórica mais avançada desenvolvida nos Estados Unidos e, especialmente, a preocupação com a adequada exposição dos estudantes à metodologia analítica e quantitativa, com ênfase na coleta, tratamento e análise de dados de *survey*. O modelo de ciência social que aí se procurava colocar em prática era não apenas o de uma ciência caracterizada pelo rigor analítico e pela propensão à quantificação e talvez à formalização, mas também o de uma ciência de vocação decididamente teórica e nomológica, empenhada na obtenção de um conhecimento passível de ser formulado em termos genéricos e articulado em sistemas abstratos. No que se refere à maneira de conceber as relações entre as ciências sociais e as ciências exatas ou naturais, essa perspectiva sustenta que o método científico é inequivocamente aplicável ao campo dos fenômenos humanos e sociais. Ela se opõe claramente, assim, à idéia da contraposição inevitável entre "duas culturas", uma humanista e outra científica, e se coloca em favor da suposição de afinidade entre as ciências naturais e sociais quanto aos problemas básicos do *método*, tomada a expressão como dizendo respeito aos fundamentos lógicos da aceitação ou rejeição de hipóteses ou teorias. A contraposição entre as duas perspectivas ou "culturas" encontra certa correspondência com a contraposição entre *tipos* de disciplinas no interior da própria área das ciências sociais, o que tem conseqüências importantes para certos aspectos do diagnóstico do estado atual das ciências sociais brasileiras. Enquanto a sociologia e a ciência política, em correspondência com os movimentos de renovação assinalados, se encontram mais próximas do padrão "científico", caracterizado pelo apego ao rigor, à sistematicidade, à generalização e pelo menos à busca de cumulatividade, a antropologia e a história estariam em geral mais próximas do padrão "humanista" e "idiográfico" de trabalho, com a ênfase no qualitativo e no descritivo, a

valorização da dimensão temporal ou histórica dos fenômenos e de suas conseqüentes "peculiaridades", o relativismo, a confiança depositada na intuição e na "compreensão" etc.[1]

* * *

Apesar da dinâmica inicial da implantação da pós-graduação, que se ilustra com os casos do DCP/UFMG e do Iuperj, dificilmente se poderia pretender que a perspectiva "científica" tenha chegado a amadurecer efetivamente e a constituir-se em real ortodoxia no Brasil. Ao contrário, ela sofreu prontamente uma poderosa reação proveniente de pelo menos duas fontes. Uma diz respeito às resistências político-ideológicas indicadas acima. A perspectiva "científica" aparece aqui como comprometida com a direita política, o que se expressaria em seus vínculos com o *establishment* acadêmico dos Estados Unidos (com a ciência social "acadêmica", em contraposição à marxista) e no apoio recebido, no Brasil, da Fundação Ford, vista como agente do imperialismo norte-americano. A segunda fonte, que em alguma medida se mostra independente do enfrentamento político entre esquerda e direita, tem a ver com o apego de parcela importante dos cientistas sociais brasileiros à tradição humanista recém-mencionada.[2]

Um dos traços pelos quais a situação atual revela a precariedade da postura "científica" como suposta ortodoxia tem-se no que se pode observar quanto ao ensino de metodologia e técnicas de pesquisa nos programas de pós-graduação. Embora as listas de disciplinas ministradas como obrigatórias nos diferentes programas em geral incluam alguma disciplina de metodologia, os dois programas de maior visibilidade e prestígio nos campos da sociologia e da ciência política, isto é, o da Universidade de São Paulo (USP) e o do Iuperj, *não* têm incluído essa disciplina no currículo exigido dos estudantes. No caso dos programas da USP a situação é inequívoca, não tendo havido nunca a oferta regular de metodologia entendida como disciplina fundamental e obrigatória (dá-se, aliás, a curiosidade de que, ao contrário do que ocorre em outros programas, como os da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, "métodos" não constitui uma disciplina obrigatória na USP, tampouco no caso do programa de antropologia, onde supostamente ela teria uma feição especial)

[1] A caracterização do método "idiográfico", por contraste com o nomotético ou nomológico, é feita em Przeworski e Teune (1970). Note-se que a antropologia e a história são justamente as disciplinas onde tem maior espaço o trabalho de "mero" registro descritivo dos fatos: não há equivalente destacado, nos campos da sociologia e da ciência política, para a etno*grafia* e a historio*grafia* como tipos especiais de trabalho ou "postura".

[2] É interessante registrar que o Iuperj, um dos dois centros destacados por sua ligação com a perspectiva "científica", já em meados da década de 70 dava origem a um volume destinado a *reagir* contra importantes aspectos dela: Nunes (1978). Apesar de grandemente equivocado em seus postulados, esse volume veio a contar com a adesão receptiva de vários nomes que pareceriam filiados àquela perspectiva.

(Anpocs, s.d.). Quanto ao Iuperj, a situação é mais confusa e oscilante, com momentos de ênfase no treinamento metodológico e outros em que, por exemplo, talvez exista a exigência de metodologia em um dos programas (ciência política), mas não no outro (sociologia). É certo, contudo, que a ênfase em metodologia foi pequena, no Iuperj, no período recente, e a disciplina *não* vinha sendo oferecida com regularidade como obrigatória (Anpocs, s.d.:21). Se este é o quadro no que se refere aos dois programas que tendem a aparecer como mais "consolidados" nas avaliações internas da área (Anpocs, s.d., anexo 6), parece natural que, nos demais, o ensino e a aprendizagem de metodologia, mesmo se formalmente se trata de disciplina "obrigatória", sejam geralmente conduzidos de maneira ritualística e estéril.

O resultado geral é que a situação atual se caracteriza por *deficiências* importantes — avaliação esta que obviamente se faz com base na adesão aos supostos fundamentais da perspectiva aqui caracterizada como "científica". Entre tais deficiências ressalta a feição "historicizante" ou mesmo "jornalística" que tende a exibir o trabalho executado por nossos cientistas sociais (refiro-me a sociólogos e cientistas políticos; o problema do *status* da antropologia será considerado adiante).[3] Com efeito, o trabalho empírico dos cientistas sociais brasileiros dificilmente se pode distinguir, com freqüência, do trabalho que se suporia fosse próprio do historiador — exceto talvez pela precária qualidade (com as exceções que sempre existem) da historiografia produzida, já que falta aos nossos profissionais das ciências sociais o treinamento específico. Afora os trabalhos que se ocupam em narrar e reconstituir, em perspectiva diretamente historiográfica, fatos do passado mais ou menos remoto, torna-se freqüente uma espécie de "historiografia do presente", ou uma postura orientada pelo empenho de registro jornalístico dos eventos. A perspectiva generalizante, ou a preocupação de apreensão sistemática de regularidades que sejam capazes propriamente de *explicar* algum evento ou conjunto de eventos a qualquer título problemático, intrigante ou instigante (a definição dos problemas em termos *analíticos*), se vê aí substituída por uma orientação de pesquisa onde se define um "tema" recortado em termos concretos (como que um "pedaço" da realidade: o PSD, os militares no pós-64, a política social da Nova República...) e se procura levantar "tudo" o que diga respeito a tal tema. As perguntas que normalmente orientam tais trabalhos são do tipo *"o quê?"* ou *"como?"* ("o que aconteceu?" ou "como aconteceu?"), nunca do tipo *"por quê?"*, e o papel do pesquisador consiste em contar o que lhe contaram, ou o que leu em jornais velhos ou documentos de qualquer natureza. A freqüência de trabalhos cujos títulos contêm datas ou nomes próprios é expressiva da perspectiva: eles se referem seja a eventos específicos situados no tempo e no espaço, seja mesmo a entidades particulares (este ou aquele partido, por exemplo). Pretende-se que a apreensão da "especificidade" dos eventos ou das entida-

[3] Alguns dos parágrafos seguintes se valem, com várias reformulações, de Reis (1991).

des em questão é um componente importante ou mesmo decisivo do esforço que se desenvolve — mas não se tem em conta que o específico não é senão a contraface do genérico e que, portanto, apreender apropriadamente o específico supõe comparação e teoria.

Nos casos em que se trata de temas da atualidade ou do passado recente (de certa forma mais "jornalísticos" na inspiração, portanto), tal perspectiva tende a exibir a lógica da investigação detetivesca, onde se trata de desvendar o "oculto". Dois aspectos se podem assinalar em conexão com isso. Por um lado, especialmente no que diz respeito aos trabalhos de ciência política ou de sociologia política, tal lógica tende a associar-se, do ponto de vista substantivo, com uma visão conspiratória dos eventos e processos relevantes, e alguns dos casos de estudos de maior ressonância nessa ótica consistem em desvendar conspirações. Por outro lado, como a perspectiva geral em questão é analiticamente pobre, não é de admirar que a investigação jornalística ou detetivesca surja como o modelo a ser seguido: nele, o fundamental não é o enquadramento analítico adequado de determinado fenômeno ou o esclarecimento de seu caráter de caso ou instância de uma regularidade que pode ser apreendida como tal, mas antes o acesso à fonte privilegiada (o informante bem situado, muitas vezes secreto, que "conta tudo"...). A contrapartida é que, dada a pobreza analítica, o interesse da investigação desenvolvida depende inteiramente do interesse jornalístico ou detetivesco da "informação de cocheira" trazida.[4] Daí decorre que este modelo de pesquisa, quando executado por cientistas sociais, produza resultados menos interessantes do que os da investigação propriamente jornalística: enquanto o jornalista se dedica profissionalmente a cultivar as suas fontes e usualmente tem acesso a fontes privilegiadas de informação, o cientista social raramente conta com esse recurso. Claro, às vezes é possível utilizar arquivos ou materiais até então desconhecidos ou inacessíveis, e, naturalmente, há conspirações efetivas cuja explicação adequada interessa a uma ciência social genuína.

Problemas semelhantes surgem em certa vertente mais "antropológica" do que propriamente historiográfica ou jornalística na inspiração. Trata-se aqui não de desvendar a "mão oculta", como no caso mais exemplar da vertente anterior, mas antes de registrar "os fatos mesmos" em toda a sua riqueza imediata: em particular, de recolher a riqueza do "cotidiano", tal como ele se apresenta à observação desarmada e acrítica do participante. Em vez da "mão oculta", seria possível dizer que, em muitos casos, aqui se trata de apontar a "mão invisível", havendo a inclinação a avaliar positivamente o jogo cego e "dado" dos mecanismos sociais.[5] Um aspecto correlato é que, enquanto a vertente jornalística tende a privilegiar os atores de elite — é a elite que conspira e age como sinistra mão oculta —, a vertente "antropológica" valoriza antes o plano do popular, e certa sensibilidade para a "sabedoria popular" é um traço freqüentemente revelado (e reivindicado) pelos trabalhos desse tipo. Daí o recurso às longas transcrições de depoimentos em estado bruto de mulheres da periferia urbana ou seja qual for a categoria que se esteja estudando...[6]

* * *

Naturalmente, os rótulos utilizados (feição "historicizante" ou "jornalística", vertente "antropológica") para caracterizar a prática de muito da sociologia e da ciência política brasileiras suscitam a questão de como a avaliação das ciências

---

[4] Como comentou Luiz Felipe de Alencastro em debate sobre o assunto ocorrido no 14º Encontro Anual da Anpocs (Caxambu, MG, 22-26 out. 1990), o estudioso tende a deixar-se "engolir" pela fonte, abdicando em favor dela.

[5] A distinção entre modelos explicativos de tipo "mão invisível" e "mão oculta" é elaborada em Nozick (1974).

[6] Indicadores bastante expressivos da situação descrita nos últimos parágrafos se têm com os projetos que solicitam financiamentos aos comitês especiais mantidos pela Anpocs e com os trabalhos apresentados aos concursos, também patrocinados pela Anpocs, que visam escolher e premiar anualmente as melhores obras científicas e teses universitárias na área de ciências sociais. Quanto ao financiamento de projetos, a Anpocs mantém dois comitês, cujos recursos provêm da Fundação Ford, num caso, e da Fundação Inter-Americana, no outro. Este último comitê se destina explicitamente a financiar pesquisas sobre "processos de participação popular" no Nordeste e Norte do país, o que provavelmente tem influência importante sobre o fato de que a enorme maioria dos estudos financiados ou é diretamente constituída de projetos antropológicos, ou compartilha certa perspectiva etnológica ou etnográfica (ver, por exemplo, Anpocs, s.d., anexo 6). Mas se tomamos os projetos submetidos ao Comitê Ford/Anpocs, onde não há tal restrição, a situação não se mostra diferente senão no sentido de que os projetos especificamente antropológicos se vêem complementados por projetos "historiográficos" destinados a levantar e explorar temas definidos "concretamente" e às vezes situados por datas precisas. No concurso Ford/Anpocs de 1991, por exemplo, não menos de 70% dos projetos aprovados se caracterizam, a julgar por seus títulos, como antropológicos ou "historiográficos" no sentido indicado, ostentando títulos como A campanha das Diretas-Já, O Departamento Nacional da Criança no Estado Novo, O papel das elites políticas na construção dos projetos políticos uruguaio e rio-grandense, 1890-1930, Cosmologia e sociedade Mura-Pirahã na Amazônia meridional, Um estudo sobre trabalhadores têxteis de Belém, Um caso de lingüística missionária, Uma interpretação simbólica do espaço funerário de São Paulo, Um estudo sobre a etno-história Matsés (1870-1990), Avá-Canoeiro: a história de um povo invisível, Os filhos do Araguaia: uma proposta de estudo etnográfico marajá, Retorno às práticas terapêuticas simbólico-religiosas: o caso de Lumiar, RJ etc. (idem).

Quanto às teses premiadas, se tomamos os resultados correspondentes aos anos de 1990 e 1991 (sexto e sétimo concursos), que constam do último relatório de gestão disponível (período 1990-92), verificamos que nada menos de cinco de um total de sete teses de doutorado ou mestrado que receberam prêmios ou menções honrosas são ou diretamente teses de antropologia ou teses que correspondem claramente ao modelo "antropológico". Seus títulos: Comendo como gente: formas de canibalismo wari (pakka nova), Fairness and communication in small claim courts (doutorado em antropologia), A representação camponesa sobre a formação do lago do Sobradinho, Uma etnografia da primeira gestão do PT em Diadema, O que faz ser nordestino: a questão das identidades sociais e o jogo de reconhecimento no caso Erundina.

Merece menção, como contra-exemplo, a jóia rara representada pela tese de doutorado de Ricardo Abramovay, De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão, um trabalho intelectualmente atrevido, analiticamente tenso e ambicioso, que se coloca perguntas importantes e trata de respondê-las envolvendo-se em debate real com vasta literatura e em perspectiva transnacional.

sociais no Brasil da atualidade deve lidar com a história e a antropologia como disciplinas. Em alguma medida, tal questão se aplica a várias outras áreas adjacentes que têm composto, por exemplo, os heterogêneos comitês assessores do CNPq: o próprio jornalismo, direito, serviço social etc. No caso dessas áreas adjacentes, porém, não existe o reclamo de pertencerem de fato ao quadro das ciências sociais propriamente, ou a tradição de serem vistas como integrantes reais desse quadro, o que se dá no caso da antropologia e, talvez mais equivocadamente, no da história. Já se assinalou anteriormente que essas duas disciplinas podem ser vistas como estando mais próximas da tradição ou "cultura" humanística, por contraste com a "cultura" científica. Na qualidade de cientista político (ou de sociólogo da política, pois entendo que as afinidades entre sociologia e ciência política são de molde a fazer desta um ramo daquela), não me sinto inteiramente à vontade para examinar em profundidade a questão, sobretudo tendo em conta que ocorrem divergências importantes a respeito mesmo entre os profissionais da antropologia e da história. No caso da história, é conhecido o contraste entre a inclinação mais extremadamente historio*gráfica* da *histoire événementielle*, por um lado, que buscaria despojadamente o registro dos acontecimentos históricos, e, por outro, a posição que busca uma *explicação* histórica entendida como devendo ser necessariamente generalizante e, portanto, sociológica.[7] No caso da antropologia, as discordâncias internas a respeito se ilustram com as posições divergentes manifestadas por diferentes antropólogos brasileiros em reuniões científicas recentes no país.[8]

Não tentarei dizer o que a antropologia ou a história *deveria* ser ou fazer. Na ótica de uma necessária divisão do trabalho no esforço de produção de conhecimento sobre os fenômenos sociais e históricos, há lugar, sem dúvida, para o trabalho de levantamento mais descritivo da "matéria-prima", por assim dizer, trabalho este que poderia ser visto como competindo a uma historiografia ou etnografia e, eventualmente, a ramos correspondentes da sociologia ou de outras ciências sociais consagradas, como a própria economia. Contudo, sejam quais forem as prescrições adequadas a respeito, parece-me claro que, de longe, a maior parte do trabalho que se executa no país sob o rótulo de antropologia está decididamente orientada por um modelo "idiográfico", e não generalizante, de atividade científica, preocupando-se os autores em obter uma espécie de "imersão compreensiva" nas "peculiaridades" de cada objeto de estudo antes do que em apreendê-lo propriamente como caso ou instância de alguma regularidade mais ampla com a qual se imporia articulá-lo para dar conta adequadamente dele.

[7] Para um exemplo dessa posição sociologizante, ver Veyne (1976).

[8] Um exemplo são as discussões ocorridas na mesa-redonda Teoria e método e as ciências sociais brasileiras da atualidade, no 14º Encontro Anual da Anpocs (Caxambu, MG, 22-26 out. 1990), onde Mariza Peirano e alguns de seus colegas antropólogos sustentaram posições antagônicas quanto à questão do caráter generalizante ou nomológico da disciplina. Para as idéias de Mariza Peirano a respeito, ver Peirano (1991).

Nesse sentido, a prática antropológica brasileira mais corrente deixa de ajustar-se ao modelo de trabalho que aqui se propõe como referência — e deve, portanto, ser vista como apresentando as deficiências correspondentes. Isso não significa necessariamente, é claro, que o padrão de trabalho antropológico (em particular o que se encontra no Brasil) seja o produto de especialistas individuais menos competentes do que os de outros campos. Mas, sim, parece possível dizer que, na empreitada coletiva das ciências sociais, os recursos exigidos para a realização plena do modelo mais estritamente "científico" de trabalho são, tudo somado, superiores aos que se fazem necessários para a realização do padrão "compreensivo-descritivo" da etnografia e historiografia, que entendo ser analiticamente menos exigente.

Algumas conseqüências decorrem dessa perspectiva. Uma delas é que a penetração e a expansão recentes da antropologia no país — com o resultado de que essa disciplina tenha se transformado provavelmente na mais "popular" das ciências sociais e tenda a estar super-representada nas arenas diversas em que se tomam decisões sobre as ciências sociais — são possivelmente a conseqüência de certa banalização e deterioração do campo geral das ciências sociais (que se expressa também na tendência à "historicização" ou "antropologização" da própria sociologia ou ciência política, a ser retomada em seguida).[9] Daí que aparentemente se justifique supor que cursos de graduação mais bem montados e executados, em que estudantes de boa qualidade intelectual recebessem adequada introdução aos fundamentos teóricos e metodológicos das ciências sociais em geral, viriam a exibir maiores fluxos de estudantes qualificados para a sociologia e a ciência política, como áreas inequivocamente voltadas para a pesquisa generalizante e teoricamente ambiciosa, e a restringir correspondentemente o "mercado" antropológico.

* * *

Um aspecto especial da perspectiva esboçada a respeito da posição relativa das disciplinas "descritivo-compreensivas" merece destaque. Essa perspectiva permite sustentar com clareza que a tendência do trabalho executado na sociologia e na ciência política brasileiras a derivar na direção de um arremedo dos padrões de atividade próprios de outros campos (historiografia, jornalismo, antropologia) não tem condições de defender-se como opção metodológica deliberada e lúcida, mas se deve antes a carências do treinamento na pesquisa siste-

[9] Talvez seja uma manifestação adicional dessa banalização certa tendência francamente autocongratulatória que substitui, no caso da antropologia, a resistência a ser mais abertamente crítico que encontramos nos outros campos. Tal tendência é famosa no âmbito da Anpocs, dada a freqüência do auto-elogio dos antropólogos em suas reuniões, e tem um exemplo recente em Sigaud (Anpocs, s.d.:31). "(...) a antropologia 'vai bem' e apresenta muitas potencialidades e condições de desenvolvimento".

mática, generalizante e teoricamente orientada. Não só nossos profissionais de sociologia e ciência política não chegam a dominar apropriadamente o instrumental técnico da pesquisa guiada por preocupações generalizantes, como também isso está com freqüência associado a uma deficiência mais básica: eles muitas vezes carecem de domínio adequado da simples lógica, sem mais. Donde a tendência de se voltarem para a narrativa ou o relato, em contraste com um padrão logicamente mais exigente de estruturação analítica.

Que fazer a respeito? Por certo, seria possível considerar a possibilidade de se estimular o estudo da própria lógica como disciplina especial, e talvez a inclusão de cursos que dela se ocupem no currículo dos programas. Quaisquer que fossem os ganhos dessa estratégia de outros pontos de vista, ela é claramente de eficiência duvidosa para o objetivo de aprimorar a acuidade de nossos cientistas sociais: a aquisição e o apuro da capacidade de raciocínio lógico estão longe de ser equivalentes, naturalmente, à obtenção de qualificação como especialista em lógica, sendo antes uma *condição* desta, como de muitas outras coisas no campo da atividade científica. Mas caberia certamente esperar o aprimoramento em questão como resultado de certo tipo de *prática* adequada. Nesse sentido, parece especialmente lamentável o abandono corrente da ênfase no treinamento em técnicas de pesquisa e análise de dados de *survey*, como parte do abandono, em geral, da ênfase no estudo de metodologia e técnicas de pesquisa, pois a familiarização com a lógica da análise multivariacional que o estudo dos problemas da análise de *surveys* propicia é um instrumento extremamente útil de treinamento lógico *tout court*, à parte o que representa de assimilação de uma técnica específica. Sem falar do que ela representa também como forma de sensibilizar o estudante para a importância da teoria e de *treiná-lo* para o raciocínio teórico em que se articulam múltiplas dimensões analiticamente relevantes, o que é o cerne mesmo da idéia envolvida nas técnicas de análise multivariacional.

O que aí se insinua quanto ao caráter eminentemente instrumental da teoria e seu acoplamento necessário com os problemas *metodológicos* que a análise enfrenta permite tocar em outra face das deficiências das ciências sociais brasileiras da atualidade: o ensino de teoria, que também deixa muito a desejar. As deficiências neste aspecto são certamente responsáveis pela aparência de algo "etéreo", negativamente "abstrato" e descolado da realidade que a dimensão teórica da atividade do cientista social muitas vezes adquire aos olhos de profissionais supostamente de maior sentido empírico, como o historiador. Esse "descolamento" se manifesta tradicionalmente, por exemplo, na feição ritualística e desligada das cogitações empíricas do pesquisador que freqüentemente aparece na famosa seção correspondente ao "marco teórico" dos projetos de pesquisa.

Mas há uma face nova do ritualismo quanto à teoria. O ensino de teoria em nossos centros de pós-graduação tem manifestado a tendência a reproduzir o estilo de certa tradição de "teoria política" que já mereceu o sarcasmo de autores como Brian Barry e Robert Dahl: o estilo do comentário erudito perenemente renovado dos clássicos do pensamento sociológico e, especialmente, da longa

tradição ocidental de pensamento político. Esse estilo está sempre pronto a remontar à Antiguidade grega e latina e aos séculos XVI e XVII do ocidente europeu (ou, no caso da sociologia, aos grandes pensadores do século XIX e começo do século XX) a propósito de qualquer problema — inclinando-se, em alguma medida, a satisfazer-se com isso.[10] Naturalmente, é supérfluo reiterar a necessidade de estudar Platão, Maquiavel, Hobbes, Marx, Weber... Mas é indispensável reconhecer que, precisamente pela importância da contribuição desses pensadores, suas idéias integram o acervo de que presentemente se *parte*, e que as análises contemporâneas dos problemas substantivos a que se dirigem não podem senão beneficiar-se da longa elaboração a que tais idéias *já* foram submetidas (o que, por certo, pode se aplicar mais a alguns deles do que a outros). Afinal, o número de pessoas vivas dedicadas a refletir sobre a sociedade e a política é provavelmente maior do que o das que se dedicaram a essa tarefa ao longo dos séculos. Ainda que se reserve amplo espaço para a possível mediocridade dos contemporâneos, a presunção tem forçosamente de ser favorável, em termos das *ênfases* relativas, à produção teórica moderna.

Como sugerido, a deficiência correspondente ao ritualismo erudito tem impacto diferente nas diversas disciplinas. Ela seguramente ocorre com maior intensidade no campo da ciência política, onde corresponde a uma tradição mais forte e de raízes mais remotas.[11] Mas as situações a este respeito diferem também entre os diversos centros ou programas de ensino da área de ciências sociais. Se consideramos de novo os casos do Iuperj e da USP, por sua condição de programas de maior prestígio, provavelmente o Iuperj apresenta em maior medida, no ensino de teoria (especialmente teoria política), a característica do comentário erudito e ritualístico, dada a presença em seu corpo docente de certo núcleo de profissionais de propensão filosofante. Se a situação na pós-graduação da USP é distinta, não se pode estar seguro de que as diferenças sejam para melhor. Pois as observações disponíveis quanto à bibliografia utilizada nos diversos cursos ministrados, especialmente no setor de ciência política,[12] indicam que o volume de leituras exigidas é comparativamente reduzido e, sobretudo, que há pouco recurso à bibliografia estrangeira recente ou corrente — especialmente a litera-

[10] "No mundo de língua inglesa (...) a teoria política está morta. (...) No Ocidente, esta é a era da crítica textual e da análise histórica, quando o estudante de teoria política abre caminho pela redescoberta de algum texto merecidamente esquecido ou a reinterpretação de textos familiares" (Robert Dahl, apud Barry, 1980). Observe-se que com este estilo tende a estar associada a figura, a meu ver negativa, do "especialista em teoria".

[11] Além disso, parece possível dizer que o sociólogo contemporâneo tem melhores razões para seguir tomando os clássicos da sociologia como interlocutores do que seria o caso para o cientista político relativamente aos clássicos antigos ou do início da época moderna. Já o caso da antropologia parece, de novo, especial. A leitura e a "ruminação" dos clássicos costumam ser aí parte substancial da maneira em que se entende o próprio treinamento metodológico, havendo uma espécie de valorização explícita do "ritualismo".

[12] Ver Capes (1992).

tura publicada nos Estados Unidos, onde se produz de longe a maior parte do material relevante — e igualmente pouco recurso ao material publicado em revistas especializadas (não apenas estrangeiras, mas mesmo brasileiras), material este que tende a ser onde primeiro aparecem, naturalmente, as questões de fronteira das disciplinas.

Tais deficiências no treinamento teórico-metodológico podem ser ilustradas em suas conseqüências com duas experiências recentes do autor em relação aos centros em questão (USP e Iuperj). No caso da USP, trata-se de algo ocorrido durante as atividades desenvolvidas pela comissão verificadora constituída pela Capes em 1992 (que o autor integrava juntamente com Olavo Brasil de Lima Júnior) para o recredenciamento dos programas de pós-graduação em ciência política. Em contato mantido, durante visita ao programa ocorrida em junho de 1992, com um grupo de doutorandos sobre as pesquisas em que vinham trabalhando (em um dos casos desde nove anos atrás!) para a elaboração de suas teses, *nenhum* deles foi capaz de ir além da perplexidade ao ser perguntado de que maneira seu trabalho diferia do que um jornalista provavelmente faria sobre o mesmo tema. Ou seja: os *doutorandos* em ciência política da mais importante universidade brasileira, ao cabo de anos de treinamento profissional, não têm idéia, a julgar por essa experiência, do que haverá de distintivo na atividade profissional que abraçaram...[13]

A outra experiência, relativa ao Iuperj, corresponde a observações feitas por ocasião da participação do autor em banca de exame de tese de doutorado em ciência política naquela instituição, ocorrida também em 1992. Configurou-se uma situação em certo sentido exemplar, por diversos aspectos, com relação aos problemas que aqui nos interessam:

• Tratava-se de estudante obviamente muito bem dotada intelectualmente, justificando inicialmente, portanto, a aposta de que viria a ter desempenho excelente nas atividades do programa.

• Apesar de ter seu *background* em comunicação, a estudante em questão não apenas concluíra, naturalmente, toda a parte de cursos e créditos para o doutorado no Iuperj, mas cursara também anteriormente o mestrado em ciência política no Departamento de Ciência Política da UFMG, o que torna seu caso tanto mais significativo.

[13] A inequívoca pobreza que aí se revela fornece um bom contra-argumento perante a objeção de que aqui se estaria favorecendo uma perspectiva metodológica particular, quando supostamente existem outras pelo menos igualmente meritórias. Sem dúvida, é legítimo esperar, nas condições gerais dos debates teórico-metodológicos nas ciências sociais contemporâneas, que os estudantes cheguem eventualmente a sustentar madura e sofisticadamente, em algum ponto de suas carreiras, posições metodológicas diversas. Mas isso nada tem a ver com a indigência de que aqui se trata, da qual *não* cabe esperar tal resultado.

• A tese em exame consistia num grande esforço por colocar em prática um modelo rigoroso de trabalho, recorrendo com ousadia a um argumento analítica e teoricamente ambicioso para tentar fundar o diagnóstico sofisticado de certos aspectos da problemática política brasileira da atualidade e tratando de testar tal diagnóstico através do processamento sistemático de dados empíricos de natureza quantitativa. O trabalho envolvido, portanto, se expunha a riscos importantes, em correspondência com as dificuldades e exigências do modelo que procurava seguir.

• Finalmente, a dissertação, como produto final, era também muito problemática no que se refere à *realização* efetiva do modelo de trabalho, e o resultado geral foi o de que a estudante em questão tivesse de enfrentar sérias dúvidas com respeito à própria aprovação da tese, com grande constrangimento pessoal.

Importa ressaltar dois aspectos neste caso exemplar: primeiro, o fato de que se tratava de um trabalho que (pelos desafios enfrentados, os recursos intelectuais mobilizados e o esforço analítico envolvido) era patentemente superior aos relatos mais ou menos singelos ou aos ralos padrões "historiográficos" não apenas das teses que se aprovam sem maiores problemas em nossos programas de pós-graduação, mas também dos trabalhos que costumam ter boa acolhida e notas altas mesmo em concursos correspondentes a fases bem mais avançadas da carreira acadêmica de nossos cientistas sociais; segundo, o fato de que a razão evidente para as deficiências constatadas na tentativa de colocar em prática um modelo exigente de trabalho era a de que a autora, depois de ter cursado com êxito o mestrado e o doutorado em dois programas de ciência política tidos como bons (ambos têm presentemente conceito A na avaliação da Capes, assim como se dá com o programa da USP), simplesmente nunca aprendera a canônica básica que buscava realizar intuitivamente (e em função quase exclusivamente de seus próprios méritos pessoais, que a levaram a não se satisfazer com a pobreza intelectual do estilo de trabalho que se lhe oferecia como alternativa).

* * *

Um aspecto de grande importância que se articula com o ritualismo perante a teoria e com a falta de ligação dela com os problemas reais deparados no trabalho de pesquisa e suas exigências metodológicas tem a ver com a inserção internacional das ciências sociais brasileiras. O traço mais óbvio aqui é a difusa noção tácita de que o trabalho de elaboração teórica é algo reservado aos cientistas sociais dos países desenvolvidos. A contrapartida inevitável é a dependência intelectual da ciência social produzida pelos especialistas nacionais, cuja participação nos grandes debates teórico-metodológicos internacionais não se dá senão de maneira reflexa e na qualidade de público espectador ou consumidor, tendendo a assumir a forma de modismos que vêm e vão, já que o processamento e a eventual incorporação desta ou daquela "novidade" não estão condicionados por

uma reflexão nacional própria de suficiente densidade e sofisticação. Isso se ajusta bastante bem, por outro lado, a certo padrão de colaboração internacional estratificada ou hierarquizada, no qual as expectativas de parte a parte (tanto as dos especialistas "centrais" quanto as nossas mesmas) acabam sendo a de que sejamos os fornecedores de "matéria-prima" brasileira para as elaborações de grande alcance a serem feitas pelos cientistas sociais dos países desenvolvidos.[14]

Naturalmente, não se trata aqui de estimular um "nacionalismo" sócio-científico à maneira, por exemplo, de certas propostas nascidas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) décadas atrás. É claro que não vamos ter ciência social de boa qualidade senão na medida em que ela esteja aberta à produção e aos debates internacionais. Mas uma série de traços negativos se associam à postura provinciana apontada, com conseqüências intelectualmente esterilizantes.

Acima de tudo, o provincianismo e a subordinação intelectual com freqüência formam certa liga especial com a imagem, de que se falou acima, da teoria como algo "etéreo", impropriamente "abstrato" ou "literário" e, em última análise, supérfluo: já que a reflexão teórica "verdadeira" é a que realizam europeus e americanos, passa-se a ter um critério crucial de *relevância* da produção sócio-científica desenvolvida no país no fato de que ela esteja diretamente referida à "realidade", que é, antes de mais nada, a realidade brasileira, naturalmente. Nessa ótica, boa ciência social é aquela que, com alguma reverência aos modelos ou abordagens "quentes" do momento, se dirige a problemas empíricos e práticos prementes, os quais vêm a ser os problemas *socialmente* relevantes na sociedade em que vivemos. Omite-se, assim, a ponderação crucial de que não saberemos sequer definir com propriedade nossos problemas empíricos e práticos se não tivermos condições de refletir com sofisticação adequada a respeito deles, vale dizer, se não formos *teoricamente* sofisticados. E o critério antiteórico de relevância resulta numa contextualização prematura e torta do objeto de estudo, na qual o Brasil se torna o horizonte insuperável da reflexão e das atividades de pesquisa desenvolvidas.

Uma variante algo peculiar e muito comum das posturas associadas com o provincianismo em questão se mostra como uma espécie de reverso da medalha em relação à que se acaba de descrever, embora os resultados no plano intelectual sejam semelhantes. Ao invés da reverência diante da produção dos cientistas sociais dos países desenvolvidos, o que se tem aqui é propriamente um nacionalismo mais afirmativo: a ciência social internacional e os modelos, análises e teorias por ela elaborados (salvo certos casos especiais, como, por exemplo, alguma corrente marxista com que o pesquisador se identifique) são desqualificados liminarmente como irrelevantes, dadas as "peculiaridades" ou "especificidades" brasileiras (ou talvez latino-americanas...), tudo redundando, de maneira confusa e pouco explícita, em recomendar o esforço de apreensão de nossa realidade em termos que se aproximam do formato "idiográfico" de trabalho anteriormente citado.[15] Naturalmente, tal variante teria dificuldade para explicar, de forma consistente com a desqualificação mencionada, como sabe que somos peculiares, ou como chega a separar o que nos é específico daquilo que, presumivelmente, compartilhamos com outros povos.

[14] Esse padrão, aliás, se vê reproduzido mesmo no país. Na fórmula em que alguém o sintetizou numa reunião — francesa..., — em que procurei descrever suas faces interna e externa, "Paris pensa o mundo, São Paulo pensa o Brasil, Recife pensa o Nordeste".

Ao nacionalismo provinciano da referência eterna e imediatista ao Brasil, portanto, é possível contrapor a idéia de uma afirmação teórico-metodológica de nossa ciência social, que tem como condição indispensável a de ser intelectualmente cosmopolita e aberta. Em tal postura cosmopolita, contudo, muito mais importante do que o fato de que estaremos lendo o que se produz internacionalmente (coisa que, afinal, fazemos bastante avidamente em nosso provincianismo dependente) é o fato de que, de horizonte e *contexto* insuperável de enquadramento de nossa reflexão, o Brasil se tornará para nós propriamente um *caso*. Com toda a inevitável importância prática de que se reveste para nós e impondo-se, como conseqüência, à nossa atenção, o caso a que corresponde o Brasil não poderá constituir-se como tal e ser apreendido mesmo em sua especificidade e singularidade senão através de uma atividade que é necessariamente teórica, generalizante ou nomológica, analiticamente requintada, comparativa... Em vez de "narrar" singelamente o Brasil, ou a multiplicidade infinita de aspectos da vida brasileira, e de erigir no trabalho correspondente a indigência analítica em virtude, o desafio consiste, por assim dizer, em transformar, nas diferentes áreas de problemas, nosso fatal "contexto" brasileiro em variável, ou seja, em explicitar as dimensões analíticas cuja articulação permitiria, no limite, dar conta de maneira parcimoniosa tanto daquilo que o configura como um caso particular quanto de outros casos que dele se apartam por alguns aspectos e se aproximam por outros.[16]

De novo, as especificidades acima apontadas na história e, sobretudo, na antropologia, com a ênfase no esforço descritivo e a busca sempre renovada das "peculiaridades",[17] levam à indagação de se não haveria particularidades tam-

[15] Um exemplo destacado dessa perspectiva se tem com o trabalho influente de Weffort (1978) e com a crítica que aí se encontra — claramente inconsistente, dado o desenvolvimento subseqüente do argumento do próprio autor — às teorias da modernização e da mobilização social (ver especialmente p. 128 e seguintes e 136).

[16] Przeworski e Teune (1970) fornecem provavelmente a mais lúcida discussão sistemática do problema geral aí envolvido, apesar de já velha de mais de 20 anos.

[17] Alguém formulou, há anos, essa disposição da antropologia em termos de um "princípio", o "princípio de Pago-Pago", segundo o qual "lá em Pago-Pago é diferente". Pode-se pretender associar um traço adicional à perspectiva antropológica: ela daria expressão especial a certa tendência mais difundida a contrastar um padrão ocidental e supostamente racional de comportamento a formas de comportamento não-ocidentais e não-racionais, ou talvez a formas de racionalidade distintas das do racionalismo "instrumental" do Ocidente.

bém na inserção internacional da antropologia e da historiografia brasileiras, em confronto com o que se observa a respeito na sociologia e na ciência política. Tomando a antropologia, a questão que se introduz é a de saber se os traços indicados caracterizam não a antropologia brasileira, mas a antropologia como tal. Pois, se assim for, então essa disciplina aparecerá no próprio plano internacional como uma espécie de parente menos exigente e difícil das outras ciências sociais, com a conseqüência de que se tornará mais fácil para a antropologia brasileira do que para a sociologia e a ciência política ombrear com os melhores padrões de suas congêneres internacionais. Dado o peso da perspectiva descritivo-etnográfica no campo da antropologia, teríamos certo "nivelamento" internacional das práticas e se tornaria mais natural que se estabelecessem relações "paritárias" entre os especialistas do Primeiro e do Terceiro Mundo.[18] Em contraste, nos campos da sociologia e da ciência política, onde a desigualdade de recursos acadêmicos de toda ordem faz que a vocação teórica e generalizante possa ser mais bem cumprida pelos especialistas do Primeiro Mundo, teríamos a tendência mais marcada a certa estratificação — na qual, como sugerido, os profissionais do Terceiro Mundo aparecem com freqüência como os fornecedores de "matéria-prima" para os especialistas "centrais".

Naturalmente, se os padrões de relacionamento internacional são efetivamente afetados por fatores como o que se acaba de indicar, temos um acúmulo especialmente perverso de circunstâncias conspirando contra o enraizamento de uma forma de trabalho analiticamente exigente e teoricamente ambiciosa na ciência social dos países subdesenvolvidos. Pois mesmo o reconhecimento internacional (embora segundo padrões estratificados) se torna mais fácil com o abandono das pretensões correspondentes a essa forma de trabalho, vista como prerrogativa dos cientistas sociais "centrais", ou como merecendo presunção em geral negativa quando executada por cientistas sociais dos países subdesenvolvidos. Assim, um sociólogo ou cientista político brasileiro terá boas chances de ter trabalhos seus aceitos para publicação na *Latin American Research Review* ou em *Problèmes d'Amérique Latine*, publicações nas quais supostamente se trata, por definição, de problemas "concretos" da região latino-americana; mas certamente terá dificuldades se tentar publicar nos *Archives Européennes de Sociologie* ou na *American Political Science Review* — e o que aqui se sugere é que tais dificuldades serão provavelmente maiores, por motivos de certa forma espúrios, do que as

[18] Assim, se é o caso de aplicar o "princípio de Pago-Pago" ao Brasil e de mostrar como este ou aquele aspecto da vida brasileira diverge de um suposto padrão ocidental e racional, não há maiores razões para presumir que o especialista originário dos países ocidentais desenvolvidos esteja em melhores condições para a tarefa do que o especialista brasileiro, havendo clara simetria no que se refere à imersão e ao distanciamento de cada um relativamente aos diferentes contextos que se estariam confrontando. Vale a pena registrar que, pelo menos nos trabalhos de Mariza Peirano (que se tem dedicado a estudar a antropologia indiana, por exemplo), a antropologia brasileira tem sabido escapar das limitações etnocêntricas que esta discussão sugere.

encontradas pelos antropólogos brasileiros para publicação em periódicos de prestígio correspondente na área da antropologia. Uma ramificação especial da questão é a da qualidade do trabalho executado pelos *area specialists* ou *country specialists* dos próprios países desenvolvidos em comparação com os demais profissionais de ciências sociais daqueles países, e, conseqüentemente, a do *status* de que lá desfrutam no sistema social das ciências sociais: trata-se claramente, em muitos casos, de profissionais de segunda categoria (não obstante o prestígio de que costumam gozar em seu país-tema, como certamente se dá no Brasil). Seja o que for que aconteça quanto a este último aspecto, porém, provavelmente temos aqui certas articulações entre diversas facetas da questão geral nas quais se criam "nichos" ou "redes" especiais de interação e comunicação internacional paritárias que servem de proteção contra a competição mais dura em que se acha envolvida a maioria dos praticantes da sociologia e da ciência política.[19]

3. Breve "sociologia das ciências sociais brasileiras"

A avaliação feita na seção anterior deste ensaio envolve nitidamente certa recomendação básica, que diz respeito à qualidade do treinamento a ser dado aos profissionais de ciências sociais no país. Mas é realista essa recomendação? Quais são as condições do contexto em que operam os profissionais brasileiros?

Não vou me deter nas conexões bem óbvias que a prolongada crise econômica vivida recentemente pelo país teve sobre o trabalho acadêmico e as condições gerais da atividade científica, afetando também, naturalmente, as ciências sociais. Mas nosso contexto político, em particular as experiências recentes de autoritarismo e democratização, tem certas conseqüências menos óbvias e que são provavelmente mais específicas da área de ciências sociais.

Um primeiro aspecto é que, dentre os diversos campos científicos ou acadêmicos, as ciências sociais são, pela natureza mesma dos problemas de que se ocupam, especialmente propensas a se mostrarem sensíveis a transformações políticas como aquelas por que temos passado recentemente. Algumas formas pelas quais elas se vêem afetadas, e que não podem deixar de ter relevância para a qualidade da ciência social produzida, são:

- O caráter mais ou menos estimulante ou repressivo do regime político em relação aos estudos próprios da área, que são, com freqüência, politicamente delicados. Uma observação saliente a respeito é o caráter equívoco das disposições

[19] Apesar de destacar no texto o caso da antropologia, claramente mais "central" do ponto de vista da definição academicamente dominante da área das ciências sociais (a Anpocs, por exemplo, reúne somente os programas de sociologia, ciência política e antropologia), creio que o que se diz sobre este ponto se aplica, com matizes, ao caso da história.

manifestadas pelo regime autoritário recente com relação às ciências sociais brasileiras: se, por um lado, houve aposentadorias forçadas, "cassações brancas" e restrições às atividades de certas figuras mais notórias, por outro o regime não só se mostrou grandemente indiferente ao que era ensinado e lido nos cursos de ciências sociais, como também permitiu que houvesse amplo apoio governamental à implantação e consolidação dos diferentes programas de pós-graduação. Outro aspecto equívoco é que a vigência do regime autoritário produziu, de maneira talvez perversa, um ambiente propício às ciências sociais, não só trazendo certo sentido de urgência e relevância a muitas das atividades de pesquisa e reflexão acadêmicas de alguma forma a ele referidas, mas também favorecendo a convergência e a efervescência intelectual nos restritos espaços de debate que os centros dedicados às ciências sociais vieram a representar.

• Certa afinidade da orientação vocacional que leva as pessoas a se encaminharem ao trabalho acadêmico nas ciências sociais com determinados aspectos da atividade política e da administração pública. Dessa afinidade resulta que os profissionais da área de ciências sociais se mostrem especialmente sensíveis às condições políticas do país — e, assim como foi possível observar a convergência e a efervescência mencionadas durante o regime autoritário, a abertura política e a reinauguração da democracia parecem claramente ter tido, ao menos inicialmente, certo efeito dispersivo em correspondência com a atração exercida pelas novas oportunidades de militar em grupos político-partidários, exercer cargos na administração pública, realizar trabalhos de assessoria ou mesmo, em certos casos, galgar postos eletivos e abrir perspectivas de uma carreira propriamente política. Qualquer que seja a importância intrínseca ou a relevância social e política da contribuição que possa resultar de tal envolvimento político-administrativo de nossos cientistas sociais, parece bastante claro que suas conseqüências diretas para as ciências sociais brasileiras como campo de produção de conhecimento são predominantemente negativas, não só por desfalcar diretamente a área ao recrutar quadros que tendem a figurar entre os mais qualificados e amadurecidos, mas também pelo desestímulo que com freqüência acarreta para o ramerrão normalmente opaco da atividade acadêmica, por contraste com certo "charme" e notoriedade — sem falar de melhores salários e recompensas materiais de outro tipo — que cercam o desempenho de cargos públicos e políticos. Além disso, mesmo superado o clima eufórico da transição à democracia e o que havia de sedutor no chamamento a participar pessoalmente de maneira mais intensa da construção de um país novo, a dinâmica da vida política em condições democráticas tende a oferecer ao cientista social oportunidades várias de participar do debate público a respeito de temas diversos, o que pode às vezes se relacionar de forma mais ou menos tensa e problemática com o trabalho acadêmico mais denso e exigente.

Tal sensibilidade às condições do contexto político compõe-se de maneira importante com o desafio de se fazer do trabalho na área das ciências sociais uma autêntica *carreira*, capaz de se mostrar estimulante e recompensadora para o profissional da área nas diversas fases em que se desdobra e assim, eventualmente, de *resguardá-lo* das "tentações" de esferas adjacentes como as recém-mencionadas. É bastante claro que *falta*, nas circunstâncias do país, uma institucionalização mais adequada do campo das ciências sociais como campo de trabalho acadêmico, e isso será provavelmente um fator tão importante no quadro dos problemas da área quanto a sensibilidade geral dela ao contexto político, e talvez uma das *razões* dessa sensibilidade. Naturalmente, a existência de perspectiva estruturada de carreira para o profissional individual seria uma conseqüência ou um aspecto da estruturação acadêmica mais efetiva da área.

Não se trata aqui apenas de coisas como a estrutura formal de cargos e salários ou mecanismos de promoção, aspectos estes que podem mesmo redundar (como se dá em ampla medida com a legislação vigente) na *negação* do que se deveria entender por uma carreira autêntica, na medida em que não premiem adequadamente a efetiva realização dos valores acadêmicos que esta supõe. Na verdade, o diagnóstico dos problemas suscitados pela idéia de uma apropriada institucionalização da carreira do profissional de ciências sociais remete, antes de mais nada, ao caráter mais ou menos dinâmico e estimulante do clima intelectual geral em que esse profissional desenvolve sua atividade, e suscita questões a respeito das circunstâncias que cercam tanto o ensino quanto a pesquisa e o debate entre os especialistas da área.

Tomemos o ensino. Se começamos pelo ensino de graduação, que seria a base do sistema, a situação que aí se encontra se caracteriza acima de tudo pela admissão anual de um grande número de estudantes cuja perspectiva de virem a transformar-se em efetivos profissionais da área é nula e cuja motivação corresponde, na maioria dos casos, a alguma mescla do objetivo de obter certa "cultura" com a mera caça a um diploma de curso superior. Nessas circunstâncias, é apenas natural que tenha vindo a predominar aí uma espécie de pacto corrupto entre professores e estudantes, no qual os aspectos essenciais do processo pedagógico autêntico, voltado para a transmissão de conhecimentos e para o treinamento para a pesquisa ou o exercício profissional, são substituídos por condutas ritualísticas em que se asseguram, sem muito trabalho de parte a parte, o salário do professor e o diploma do aluno. A desmoralização correspondente a esse clima geral se manifesta em coisas tais como o absenteísmo por parte dos estudantes (e muitas vezes dos professores), a não-observância de horários e a inexistência de quaisquer exigências mais severas ou de procedimentos minimamente rigorosos de aferição de rendimento.

Dificilmente se poderia esperar que a pós-graduação erigida sobre tal base viesse, a longo prazo e de maneira geral, a exibir grande consistência e qualidade. Assim, não é de admirar que, no nível de mestrado, mesmo nos programas considerados bons, os estudantes que chegam, uma vez admitidos, a con-

cluir realmente os cursos, com elaboração e defesa de dissertação, sejam uma minoria relativamente pequena. Na área de ciência política, por exemplo, a taxa histórica de conclusão fica em torno de 30%, apesar de um aumento recente para a faixa dos 40%. Isso significa, visto o dado pelo ângulo oposto, que se mantém há anos um sistema de mestrado em ciência política no qual nada menos de 70-60% dos estudantes, que em sua quase totalidade recebem bolsas de estudo, jamais concluem o programa, nem se capacitam realmente para o trabalho de pesquisa, se tomamos a elaboração da dissertação como um teste aproximado de tal capacitação.

Segue-se todo um rol de traços mais ou menos negativos:

• O fato de que cada vez menos se possa exigir, para admissão ao mestrado, o conhecimento adequado de *qualquer* língua estrangeira, sob pena de se excluir com isso mesmo os de melhor potencial e de, na verdade, inviabilizar os próprios programas, pelo número exíguo de estudantes que estes poderiam admitir. Tal problema, além disso, é fortemente agravado pela crescente competição entre programas de mestrado que se multiplicam: por exemplo, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, o curso de graduação em ciências sociais representa no momento a área mais óbvia — apesar de não exclusiva — de recrutamento de candidatos para cinco programas de mestrado oferecidos por seus diversos departamentos: ciência política, psicologia, filosofia, história e sociologia e antropologia.

• O fato de que a qualidade das dissertações de mestrado aceitas e aprovadas, num quadro em que a própria elaboração da dissertação já é excepcional, deixe com freqüência a desejar (aplicam-se aqui, naturalmente, as observações feitas na seção anterior deste texto).

• O fato de que na USP, por exemplo, mesmo as teses de *doutorado*, como vimos, apesar do apego a certa ritualística de pesquisa, sejam com freqüência muito deficientes teórica e metodologicamente, em alguns casos com total desconhecimento de qualquer bibliografia estrangeira — e transformando, por vezes, a tarefa de participar de bancas examinadoras numa experiência constrangedora, dada a forte pressão no sentido de que tudo seja aprovado com nota máxima e "louvor".

• O fato de que, mesmo no Iuperj (que mereceu durante bastante tempo, em minha opinião, a avaliação global mais favorável quanto à pós-graduação em ciência política e sociologia no país), o programa de doutorado, que se iniciou em 1980, não tenha ensejado a conclusão senão de um número reduzido de teses, o que seguramente indica, ainda que se venha a ter boas teses, clara tendência à falta de correspondência entre admissões ao programa e conclusões, tal como a que se apontava com respeito ao mestrado.

Um resultado do quadro geral parece ser o de que a criação de um nível de ensino e atividade acadêmica supostamente mais avançado (da graduação para o mestrado, deste para o doutorado, sem falar das pressões crescentes e claramente equivocadas pela institucionalização do "pós-doutorado") surge em boa medida, em muitos casos, como forma de se procurar prover pela redefinição institucional o *élan* e a renovada expectativa da criação de condições propícias ao dinamismo e à qualidade. (Note-se que vários programas que só contavam com o mestrado planejam agora começar também o doutorado.)

Algo que pode ser considerado como uma espécie de coroamento "apropriado" de tudo isso, e que tem grande relevância do ponto de vista da precária institucionalização profissional do trabalho na área das ciências sociais e de suas deficiências como área capaz de prover motivação adequada uma vez alcançados níveis um pouco mais avançados na carreira, é o caráter em geral rarefeito, inconseqüente e, em suma, pouco profissional da comunicação e do debate entre os especialistas da área. Esse aspecto se revela de maneira bem clara no lado aparentemente mais bem-sucedido das atividades da própria Anpocs, que se tem estruturado em torno de grupos de trabalho, os quais fornecem, por exemplo, o ponto de referência para a organização da quase totalidade dos encontros anuais da entidade até hoje ocorridos. O traço que quero apontar a respeito é o de certo artificialismo algo diletante não só na dinâmica do estabelecimento e da sobrevivência dos grupos, mas sobretudo nas discussões que se processam no interior deles. Pessoalmente, posso trazer o depoimento de que, apesar de ter me dedicado por vezes com alguma aplicação e esforço a examinar criticamente, no interior de certos grupos de trabalho da Anpocs, o trabalho de meus colegas, *jamais* vi esse empenho crítico resultar em qualquer forma de reexame e eventual reelaboração do material discutido antes de sua publicação ou republicação, ainda que fosse para, diante da crítica, *manterem-se* as posições anteriores com argumentos novos. (Isso por certo não quer dizer que não tenha tido, independentemente dos grupos de trabalho da Anpocs e em circunstâncias que me parecem antes excepcionais na área das ciências sociais, a experiência de real e proveitosa colaboração com colegas.) Naturalmente, se a dinâmica da comunicação e dos debates é esta, não há razão para esperar que ela seja um fator de aprimoramento da qualidade das *publicações* na área das ciências sociais — com respeito às quais uma nova faceta do mesmo problema se mostra na inexistência de crítica acadêmica séria de obras publicadas. Também aqui posso trazer o respaldo de minha experiência pessoal: sendo o autor do primeiro livro a receber, em 1985, o prêmio de "melhor obra científica" do concurso anual da Anpocs inaugurado naquele ano, tampouco posso registrar, ao longo dos anos que se passaram desde a publicação e a premiação, qualquer comentário, publicado sob qualquer forma, a respeito dele. Claro, minha experiência nesse caso não retrata tudo o que se passa na área de publicações, que é influenciada por fatores diversos e mais ou menos espúrios academicamente, sobre os quais se terá algo a dizer adiante. Seja como for, não

há como evitar, tudo somado, a sensação de um jogo algo fútil e tendente ao solipsismo.

Envolvido em tudo isso se encontra, naturalmente, um problema crucial que não foi considerado até aqui: o processo a que se viu submetida a universidade brasileira em geral em anos recentes, primeiro com a inchação sofrida durante o período autoritário, depois com as reivindicações de democratização da universidade e com o dinamismo adquirido pela movimentação sindical dos docentes e as organizações correspondentes. Apesar dos aspectos positivos que se podem apontar em ambos os momentos desse processo, sua articulação (sobretudo associada a outros aspectos da política do regime autoritário em relação ao ensino superior, que lhe atribuía baixa prioridade e escassos recursos, e às conseqüências da prolongada recessão econômica posterior) resulta numa grande crise da universidade brasileira, que não pode deixar de imprimir sua marca também na área das ciências sociais. Um aspecto correlato a destacar é que o plebiscitarismo que esse conjunto de circunstâncias tende a implantar no âmbito da universidade (e que convive problematicamente com os princípios de atenção ao mérito, à qualificação e à experiência que deveriam orientá-la institucionalmente) tende a contaminar prontamente as associações científicas tais como a Anpocs, reduzindo as chances de que venham a atuar como fator de excelência em suas respectivas áreas.

Uma menção deve ser feita aos centros autônomos, como o Iuperj, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). O Iuperj corresponde a um caso especial, não apenas por integrar formalmente a Sociedade Brasileira de Instrução, apesar de dever prover por si mesmo o grosso dos recursos de que suas atividades dependem, como também por ser um centro dedicado ao ensino pós-graduado de ciência política e sociologia, além da pesquisa. Já os restantes, situados todos em São Paulo, dedicam-se apenas a atividades de pesquisa e consultoria. O Cebrap fornece certamente o modelo inicial e a matriz da qual nascem os demais centros paulistas (até mesmo no sentido bem literal de que seus fundadores se desligam dele para formar outros centros, por questões ideológicas ou de política partidária ou em função de projetos pessoais), sendo ainda peculiar no sentido de que a motivação para sua implantação esteve mais diretamente ligada às circunstâncias próprias do regime autoritário, com as dificuldades criadas para a permanência de vários de seus fundadores nos quadros da universidade. Embora de maneira menos dramática, também os demais centros têm alegadamente parte das razões da opção por criá-los em dificuldades do contexto institucional das universidades públicas, especialmente no empenho de evitar as dificuldades burocráticas e outras que as caracterizariam.

A avaliação da situação e do papel desempenhado por tais centros é equívoca. Por um lado, não há dúvida, no fundamental (apesar dos matizes que se poderiam introduzir relativamente a diferentes centros ou a diferentes momentos), quanto à contribuição representada pelo trabalho por eles desenvolvido na pesquisa e no ensino. Por outro lado, descontadas as circunstâncias especiais da criação e do funcionamento do Cebrap, fica a questão de que tipo de balanço estabelecer no que se refere à sua relação com a universidade. Apesar dos ganhos quanto a certa forma de agilidade que provavelmente foi possível obter, tais ganhos certamente cobraram um preço significativo em outros aspectos. Refiro-me especialmente à insegurança financeira que tende a caracterizar todos os centros, tornando-os dependentes em parte de um processo sempre renovado de negociação de apoio financeiro de fundações e entidades governamentais, em parte de uma atividade de pesquisa de tipo "caça-níquel", orientada para o mercado e nem sempre de maior interesse substantivo ou acadêmico. A insegurança leva a que os professores vinculados aos centros autônomos ou privados com freqüência tenham de recorrer a outros empregos, normalmente na própria universidade. No momento presente, em muitos casos a maioria dos professores e pesquisadores ligados aos departamentos universitários de ciências sociais desenvolve a maior parte de suas atividades nos centros em questão. Surge, assim, o problema dos custos que o funcionamento de tais centros acarreta para o dinamismo dos próprios programas universitários, bem como a indagação de que, tudo somado, e mesmo com as restrições que caracterizam a universidade pública, não seria mais rendoso intelectualmente se a dispersão de recursos que os centros representam fosse substituída pela reunião e potencialização desses recursos no quadro da universidade. Apesar dos arranjos formais que legalizam e consagram a "dupla militância" atual e a compatibilizam mesmo, em muitos casos, com o exercício de um suposto regime de "dedicação exclusiva" na universidade, e não obstante se falar com freqüência de "colaboração" entre as duas esferas, não há como deixar de reconhecer o importante elemento de *tensão* que existe entre elas e a maneira pela qual aquela "dupla militância" provavelmente concorre para a existência das deficiências e precariedades antes apontadas no que se refere ao ensino ministrado nos programas universitários.

O caso dos centros autônomos enseja referência a outro tipo de entidades que passam a povoar o espaço profissional de alguma forma aberto aos cientistas sociais, a saber, as chamadas "organizações não-governamentais", ou ONGs. Proliferando intensamente nos últimos anos, as ONGs tendem a representar um tipo de oportunidade de emprego para os cientistas sociais que demanda e estimula certo perfil "ativista" ou militante em vez de "científico"[20] — e não parecem representar um fator favorável ao aprimoramento da qualidade dos nossos programas.

Resta considerar brevemente a atuação do sistema institucional de apoio ao ensino e à pesquisa. Não parece haver algo específico da área de ciências sociais

[20] Reis (1992) estabelece a distinção entre duas formas de anticientificismo, a "expressiva" e a "ativista".

a destacar no funcionamento e na atuação da Finep. Quanto ao CNPq e ao sistema de fundações estaduais de apoio à pesquisa, impõem-se certas reservas. Independentemente da crise recente do CNPq como parte da crise geral do país, o grande volume de processos que lhe são submetidos e a heterogeneidade dos comitês compostos pelas disciplinas da área de ciências sociais (que dá a tais comitês certa característica de "residuais") tornam muito difícil que as decisões neles tomadas sejam o resultado de um processo de deliberação colegiada real e sistemática, no qual se pudesse esperar que discussões cuidadosas assegurassem a padronização de critérios e sua aplicação zelosa aos diferentes casos. Como conseqüência, pode tornar-se impossível saber, por exemplo, como o "ótimo" dos representantes da sociologia (ou deste ou daquele sociólogo individual que se ocupa de certa pilha de processos) se compara com o "péssimo" dos representantes da ciência política ou da antropologia (ou mesmo de outro sociólogo que se ocupa de outra pilha). Por outro lado, os comitês de assessores do CNPq ou das fundações estaduais não têm, naturalmente, como escapar das perplexidades e dificuldades que marcam a área das ciências sociais, tendendo antes a refleti-las. Combinadas em seus efeitos, essas duas observações produzem como resultado geral efetivo desperdício de recursos: contra o corporativismo que tende a caracterizar as posições adotadas quando se trata de recursos, inclinado a pedir sempre mais, a avaliação que minha experiência bastante longa como assessor tanto do CNPq e da Capes quanto de fundações estaduais parece justificar é que temos estado há algum tempo financiando coisas que não mereceriam ser financiadas.

A Capes merece uma palavra especial, tendo implantado um sistema destinado justamente a avaliar os programas de pós-graduação, onde se desenrola parte importante do que acontece em matéria de ciências sociais no país. O interesse e o mérito daquela iniciativa são bem claros. Infelizmente, porém, aqui também é preciso apontar uma espécie de crise, pelo menos no que se refere às ciências sociais, a qual foi objeto de discussão em reunião de equipe de avaliadores ocorrida no segundo semestre de 1992. Como destacado pelo próprio *staff* da Capes na oportunidade, ecoando observações que certos setores da comunidade fazem há tempos, a tendência, na área das ciências sociais, tem sido no sentido de que a ampla maioria dos programas receba avaliações favoráveis, multiplicando-se os AA e BB e utilizando-se cada vez menos os níveis inferiores da escala de conceitos. Se a avaliação geral que se faz no presente documento é correta, isso estaria ocorrendo em circunstâncias em que a qualidade do treinamento ministrado nos programas de pós-graduação apresenta deficiências graves e talvez crescentes. Uma ponderação relevante é que o sistema que tem permitido esse resultado se baseia, dado o esforço de padronização da avaliação, num conjunto de dados quantitativos e relações numéricas que podem facilmente disfarçar deficiências importantes, ou mesmo mostrar relação perversa com elas. Daí que tenham surgido, na reunião mencionada, sugestões de alteração profunda nos procedimentos de avaliação, para que se possa apreender a realidade do treinamento dado e sua qualidade.

Um item em particular merece destaque a propósito dessa questão de distorções no processo de avaliação, tendo em vista sua relevância para outros aspectos da dinâmica geral da área de ciências sociais. Trata-se do problema das *publicações*. Com efeito, nas publicações tende a ocorrer certa tensão mais ou menos aberta entre aquilo que motiva isoladamente os profissionais/pesquisadores e aquilo que deveria corresponder aos objetivos dos programas em termos de ensino e treinamento, ou mesmo em termos de qualidade geral. Por certos aspectos, essa tensão será talvez comum às diferentes áreas científicas. Outros aspectos, contudo, são provavelmente mais próprios da área de ciências sociais. O principal fator a ressaltar parece ser o papel exercido por um mercado editorial extra-acadêmico (e mesmo, em certa medida, intra-acadêmico em termos de público consumidor): em função de considerações como a da acessibilidade a um público amplo ou a do caráter mercadologicamente propício de certos temas ou pontos de vista, as demandas desse mercado podem ser totalmente alheias — e até com freqüência antagônicas — a qualquer consideração de qualidade do material a ser publicado. Em tal contexto, é naturalmente irônico, e mesmo perverso, que o critério do volume de publicações se torne, sem mais, um critério de avaliação *acadêmica*. Além disso, certo dinamismo "empresarial" que este ou aquele centro ou programa revele em assegurar recursos ou "esquemas" ágeis para publicação pode resultar também no abandono ou na minimização de preocupações de seletividade quanto à qualidade, incentivando-se uma política de "raspar as gavetas" e publicar tudo. Finalmente, seria preciso que os mecanismos de avaliação de produtividade em termos de publicações fossem capazes de ir além de critérios meramente quantitativos até por motivos mais simples: com base em critérios quantitativos, por exemplo, uma coletânea cujo organizador não tem senão o trabalho de juntar artigos esparsos (e às vezes já publicados anteriormente) conta tanto quanto um volume coletivo que resulte de efetivo trabalho conjunto e coordenado de pesquisa, cuja realização pode ter exigido anos de esforços. Dada a carência, no próprio sistema acadêmico de ciências sociais existente no país, de qualquer tradição de avaliação e crítica séria dos trabalhos publicados, que se mencionou anteriormente, a atenção do esforço de avaliação montado pela Capes — ou de outros que se venham a montar — para problemas dessa natureza se torna tanto mais importante.

4. Recomendações

Várias recomendações específicas decorrem mais ou menos claramente da discussão anterior, e elas serão expostas adiante. Mas o objetivo de extrair recomendações de uma avaliação como esta, especialmente em sua ligação com a preocupação pragmática e "tecnológica" que marca a iniciativa em que o presente texto se integra, enfrenta um problema preliminar e crucial na relação complicada entre qualidade e relevância prática. O ponto central envolvido se mostra com algo destacado anteriormente: a tendência a entender a "contextualização"

representada pela referência aos problemas nacionais (ou regionais, locais) como algo que *dispensa* a sofisticação teórico-metodológica ou mesmo se opõe a ela. Nessa ótica, a referência à "realidade" (brasileira, imediata) é o que dá a "relevância", e a teoria ou o refinamento metodológico são adereços algo supérfluos que se tornam efetivamente dispensáveis na medida da premência ou gravidade dos problemas do contexto imediato...

À luz da discussão acima, o que há de equivocado nessa perspectiva deveria ser patente. Não obstante a tendência reiterada, mesmo em círculos mais requintados, a formular o problema das relações entre qualidade e relevância em termos de uma "conciliação" entre as exigências de uma e outra, tais relações me parecem ser antes de tipo lexicográfico: os problemas de relevância só se colocam uma vez garantida inequivocamente a qualidade. Caso contrário, corremos o risco de ter um amontoado de estudos indigentes sobre problemas sociais relevantes — estudos que, sendo indigentes, não chegam a constituir os problemas em questão em autênticos problemas *científicos* e a contribuir para o conhecimento deles (nem, conseqüentemente, para seu apropriado equacionamento prático, podendo contribuir antes para confundir as coisas e dificultar as almejadas soluções). Se cabe esperar alguma contribuição das ciências sociais para o encaminhamento de nossos problemas práticos, ela terá de decorrer de sua condição de *ciências* sociais, e não poderá ser uma contribuição na qual os palpites do bem-intencionado cientista social simplesmente compitam em igualdade de condições com os palpites do leigo. Pois qualquer problema social premente contará sempre com muito maior número de leigos a dar palpites — na condição de cidadãos, e com todo o direito — do que de cientistas sociais. Como assinala Antônio Luiz Paixão com referência à área da criminalidade,[21] parte importante das deficiências de determinadas áreas temáticas de grande dramaticidade prática tem a ver justamente com o domínio do leigo sobre elas, com a conseqüência de que seu tratamento pelas ciências sociais seja condicionado fortemente pelo debate leigo. Isso se poderia talvez dizer de muito do que se faz na área de políticas públicas e do estudo da atuação de agências estatais em diversos campos, tais como o das políticas educacionais ou habitacionais do Estado — exemplos de áreas temáticas das ciências sociais para as quais a preocupação de relevância se voltaria naturalmente e que se acham, no entanto, freqüentemente caracterizadas pelas denúncias monótonas de certo "esquerdismo" banal.

Assim, não há como evitar atribuir posição central, ao ponderar as recomendações, à questão decisiva da qualidade. Daí decorre que, nas condições da área de ciências sociais que se caracterizaram acima, a recomendação por excelência é problemática e de difícil colocação em prática, pois envolve opor-se aos rumos assumidos pela evolução recente da ciência social estabelecida no país e a suas diretrizes ao menos tácitas. O que o problema contém de delicado e difícil fica

[21] Comunicação pessoal.

bem claro quando se considera a avaliação negativa que acima se fez da difusão do modelo "antropológico" de trabalho e as conseqüências que daí decorrem para as próprias relações das demais ciências sociais com a antropologia, como parte importante que é do *establishment* acadêmico brasileiro na área. De qualquer forma, não parece haver ações que valham realmente a pena se rejeitamos liminarmente o exame da questão do treinamento teórico-metodológico e de algumas de suas ramificações mais espinhosas. Seria provavelmente ilusório esperar que se pudessem obter medidas viáveis capazes de assegurar algum tipo de acordo transdisciplinar que fosse afim à perspectiva básica aqui defendida. Mas é certamente bem mais realista esperar que a antropologia, de um lado, e a sociologia e a ciência política, de outro, respondam de maneira efetiva a medidas destinadas a estimular e aprimorar o treinamento dado em termos compatíveis com as melhores tradições de cada disciplina.

Se pensamos em termos mais específicos, medidas bem concretas e imediatas poderiam ser adotadas, para começar, no que se refere ao sistema de avaliação da pós-graduação patrocinado pela Capes, como caso singular e importante de sistema de avaliação já implantado. Em vez do procedimento atual, no qual se privilegiam informações padronizadas e quantitativas que se mostram propícias a um tratamento ritualístico em que se evitam os constrangimentos da avaliação efetiva, seria possível, por exemplo, procurar aperfeiçoar e fazer uso mais extenso de um instrumento ao qual o próprio sistema de avaliação da Capes já recorre com as "comissões verificadoras", utilizadas atualmente por ocasião dos credenciamentos e recredenciamentos de programas. Seria o caso de constituir comissões, compostas adequadamente no que se refere ao número e às qualificações de seus membros, que executariam o trabalho de avaliação *em seguida à visita aos diferentes programas e ao cuidadoso exame,* in loco, *das informações relativas a cada programa.* Seria desejável, naturalmente, que fosse *a mesma* comissão a estabelecer contato com os diversos programas (em certas disciplinas isso não envolveria grandes problemas, dado o número reduzido de programas), ou, na impossibilidade disso, que os mecanismos utilizados se aproximassem tanto quanto possível desse desiderato (por exemplo, através do contato intenso da comissão responsável pela avaliação final com as diferentes comissões, em número tão reduzido quanto possível, que se encarregassem da visita e do contato direto com os programas). Como, naturalmente, é também possível — e tem acontecido com as "comissões verificadoras" — tratar ritualisticamente mesmo o contato supostamente mais inquisitivo que se tem nas visitas aos programas, seriam necessários o zelo e a supervisão da própria Capes para garantir que o trabalho resultasse em avaliação real e confiável.

Outra sugestão é a criação de um sistema de apoio e financiamento para a publicação de trabalhos científicos de maior fôlego, através do qual se selecionassem regularmente livros e monografias de qualidade que podem, por suas características acadêmicas, ter dificuldade para publicação comercial. A sugestão vai além do que se tem atualmente no Comitê Editorial Finep-CNPq, que se des-

tina a apoiar revistas e periódicos e no qual se tem de enfrentar uma situação problemática de periódicos já "estabelecidos", embora com freqüência precários e redundantes, onde é muito difícil atuar de maneira realmente saneadora além de certo limite moderado. No caso do apoio agora sugerido, o objetivo seria o de criar mecanismos que permitissem neutralizar ou reduzir, em relação à publicação de livros na área de ciências sociais, as distorções nascidas de considerações de natureza comercial e outras semelhantes, de que se falou anteriormente. Naturalmente, além do problema de garantir que se apliquem reais critérios de qualidade na seleção dos livros a serem publicados, há também o de assegurar esquemas que permitam a adequada distribuição e o acesso do público ao material publicado, sob pena de se reproduzir o esquema de impressão "semiclandestina" de obras acadêmicas que existe em algumas universidades. O selo de qualidade que seria trazido pela aprovação em concurso rigoroso e pela passagem pelo crivo de comissões de alto nível de um órgão como a Capes ou o CNPq seria, talvez, razão para esperar interesse público intensificado. Vale notar ainda dois pontos: primeiro, o de que a sugestão feita não é redundante com relação à premiação atualmente existente em algumas associações científicas, como a Anpocs, onde se trata de selecionar obras *já publicadas* (além de teses de doutorado e mestrado); segundo, o de que, apesar de ser certamente possível pretender criar apoio à publicação de obras científicas como o que aqui se sugere junto às próprias sociedades científicas, a propensão destas a se deixarem contaminar (com a inevitável preocupação de representatividade) por fatores de corporativismo e plebiscitarismo, de que antes se falou, torna preferível a opção por um órgão como Capes ou CNPq para servir de sede de uma eventual iniciativa na direção sugerida.

Certamente mais importante — e mais difícil — é fazer as reformas necessárias no ensino de graduação e pós-graduação. Quanto à graduação, um ponto crucial seria a eliminação do postulado "oficial" (negado rotundamente na prática) atualmente vigente de que o objetivo seria fazer cientistas sociais profissionais, sem qualquer reserva ou matiz, dos numerosos estudantes em princípio recrutáveis para os cursos de ciências sociais. Minha própria preferência é a de que se transformasse o ensino de graduação em ciências sociais num ensino entendido como de "ciclo básico", requerido dos estudantes ligados em geral à área de "humanidades" e aberto a estudantes de outras áreas, com ênfase em temas "substantivos" e entendido, como sugere Simon Schwartzman (1992:21), como um programa de informação sobre a política e a sociedade contemporâneas. O treinamento propriamente profissional estaria reservado para o nível de pós-graduação, onde se daria ênfase adequada aos requisitos teóricos e metodológicos da formação do cientista social. Uma conseqüência relevante dessa proposta é que ela vai contra certa tendência que se esboça mais ou menos nitidamente nos debates correntes: a de reduzir a importância e o tempo ocupado pelo mestrado. Na medida em que se restrinja ao nível de pós-graduação o treinamento profissional dos cientistas sociais, seria desejável preservar a escala intermediária do mestrado (ainda que reformulada e despida de certos vícios atuais) como forma de assegurar a possibilidade de uma caminhada mais segura para a maturidade profissional. Por outro lado, a proposta poderia ser complementada pela oferta de um tipo especial de formação profissional no nível de graduação, em termos análogos a algo sugerido também por Simon Schwartzman: um treinamento voltado para "o desenvolvimento de competência administrativa e gerencial" (1992:21) e também para o mercado de trabalho correspondente, por exemplo, aos institutos de pesquisa de mercado e opinião pública, treinamento este que envolveria forte ênfase em metodologias quantitativas e poderia ser ministrado no âmbito de cursos de administração pública e de empresas.

Finalmente, caberia provavelmente esperar um efeito exemplar e estimulante, com respeito à qualidade geral do trabalho na área de ciências sociais, da utilização criteriosa e seletiva da idéia de "laboratórios associados" ou de projetos integrados que vem tendo circulação no sistema institucional de ciência e tecnologia. Tratar-se-ia de fazer desse formato a oportunidade para a constituição de uns tantos grupos de pesquisa com perspectiva de terem impacto mais ou menos continuado em função da excelência de seu trabalho. Uma consideração lateral que se articula com as muitas razões em favor dessa idéia é que a constituição criteriosa de tais grupos de pesquisa poderia ser igualmente uma forma de se assegurar atenção imediata para certos temas *substantivos* de importância prática, que tendem a ser relegados precisamente por serem mais exigentes em termos das qualificações requeridas. Seria o caso, por exemplo (para tomar algo destacado com insistência por Vilmar Faria em comunicações pessoais), de um projeto destinado a obter o diagnóstico atualizado da estrutura social brasileira do ponto de vista de problemas de estratificação e mobilidade sociais, com seus desdobramentos em termos de problemas de pobreza e marginalidade, violência, criminalidade — e eventual contrapartida, no plano institucional, com o estudo de questões ligadas às formas de atuação e à possível reforma de agências estatais voltadas para tais problemas, ou seja, a face mais diretamente social do Estado.

Referências bibliográficas

Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). *Relatório da Comissão de Pós-Graduação, 1988-1990*. s.d.

Barry, Brian. The strange death of political phylosophy. *Government and Opposition*, *15*(3/4), 1980.

Capes (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). *Relatório da comissão verificadora sobre o programa de pós-graduação em ciência política da USP.* (Visita ao programa realizada em junho de 1992 por Fábio W. Reis e Olavo B. de Lima Jr.)

Nozick, Robert. *Anarchy, state and utopia*. New York, Basic Books, 1974.

Nunes, Edson (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Peirano, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *6*(16):43-50, jun. 1991.

Przeworski, Adam & Teune, Henry. *The logic of comparative social inquiry*. New York, John Wiley & Sons, 1970.

Reis, Elisa. Impasses e desafios à teorização na sociologia contemporânea. In: Simpósio "Teoria Sociológica Clássica Contemporânea: Velhas Questões, Novas Abordagens". 1992. *Anais*. Sociedade Brasileira de Sociologia, 1992.

Reis, Fábio W. O tabelão e a lupa: teoria, método generalizante e idiografia no "contexto brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *6*(16):27-42, jun. 1991.

Schwartzman, Simon. *A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP: os estudantes de ciências sociais*. São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior/USP, 1992. (AP5/92.)

Sigaud, Lygia. A pós-graduação em antropologia. In: Anpocs. *Relatório da comissão de pós-graduação, 1988-1990*. s.d.

Veyne, Paul. *L'inventaire des différences*. Paris, Éditions du Seuil, 1976.

Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.